

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL

Defender os direitos indígenas, promover o etnodesenvolvimento,
preservação da cultura e respeito ao meio ambiente.

NOTA DA ARPINSUL CONTRA A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, A PERSEGUIÇÃO E A CRIMINALIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL PELA CPI DA FUNAI/INCRA

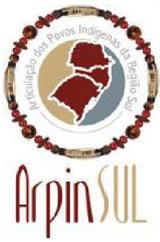
A ARPINSUL denuncia a continuidade dos injustificados ataques, calúnias e violações de direitos humanos praticado por parlamentares nacionais contra os povos indígenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

No dia 06 de abril de 2016, foram aprovados requerimentos absurdos no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta para supostamente investigar a Funai e o Incra mas que tem demonstrado seu propósito de inviabilizar politicamente os processos de demarcação de terras indígenas e de titulação de áreas quilombolas no Brasil.

De fato, a CPI tem servido única e exclusivamente para expor indígenas, antropólogos e servidores dos citados órgãos públicos a encenações de parlamentares da bancada ruralista que, sem argumentos fundamentados nem observância aos ritos do regimento interno, utilizam-se da CPI para fins de auto-promoção baseada na incitação ao ódio e racismo contra os povos indígenas, especialmente na região sul do país.

Os requerimentos recentemente aprovados criminalizam lideranças indígenas do Rio Grande do Sul, pedem policiamento ostensivo para algumas terras Kaingang impedindo que membros dessas comunidades exerçam seu direito de ir e vir, vigiados por um poder de polícia que muitas vezes parece estar a serviço de interesses políticos. Nesse sentido, apesar de não ter correlação direta com o objeto da CPI, os requerimentos também pedem nova abertura de inquérito policial contra a comunidade Kaingang de Votouro Kandoia, visando criminalizar as lideranças e atacar a organização social indígena.

Acima de tudo, a aprovação desses requerimentos sem os devidos critérios balizadores da coisa pública demonstra o autoritarismo do presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito e seus aliados. A CPI foi solicitada pelos Deputados Alceu Moreira, Marcos Montes, Nilson Leitão, Valdir Colatto, Luís Carlos Heinze e outros. Cumpre dizer que não houve



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL

Defender os direitos indígenas, promover o etnodesenvolvimento,
preservação da cultura e respeito ao meio ambiente.

oportunidade de pronunciamento dos parlamentares aliados dos povos indígenas.

Em denúncias e relatos para o Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Direitos Humanos, várias comunidades indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina reportaram situações de constrangimento e até ameaça durante as diligências realizadas pela CPI, realizadas com desvio de finalidade e sem a devida consulta informada a essas comunidades. Os indígenas reportaram que durante as diligências supostamente para a CPI, realizadas na região durante o mês de março de 2016, o Deputado Alceu Moreira tentou discutir propostas de compra de terras para que as comunidades indígenas abrissem mão de seus direitos territoriais constitucionalmente definidos.

Também há fortes indícios e inúmeras reclamações acerca do indevido envolvimento de representantes da Polícia Federal de Passo Fundo constrangendo indígenas para as referidas tratativas no âmbito das diligências da CPI. A ARPINSUL tomou conhecimento igualmente de denúncias de abusos por parte da mesma Polícia Federal contra membros da comunidade de Votoro Kandoia, inclusive crianças, que teriam sido presos em um Galpão e obrigados a fazerem exames de DNA sob forte coação e sem o devido respaldo legal para tal.

Desse modo:

- Repudiamos todas essas atitudes e ações abusivas dessa CPI;
- Solicitamos aos partidos do PMDB e PP que tomem providências com relação a esses parlamentares que vem promovendo discursos e ações de ódio e racismo contra povos indígenas, considerando inclusive a expulsão dos mesmos. A não expulsão significa no nosso entendimento que os partidos estão conivente com essas atitudes.
- Pedimos providências imediatas do Ministério da Justiça com relação ao melhor controle das ações da Polícia Federal de modo a evitar abusos e crimes.
- Estranhamos o fato de a CPI dirigir-se diretamente à Polícia Federal de Passo Fundo, ignorando a hierarquia e o papel do Diretor Geral da Polícia Federal, cuja sede está em Brasília.
- Demandamos investigação e providências urgentes para punir os responsáveis por instigar a violência e o racismo em episódios recentes no Município de Vicente Dutra contra os indígenas da região.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL

Defender os direitos indígenas, promover o etnodesenvolvimento,
preservação da cultura e respeito ao meio ambiente.

- Maior envolvimento do Ministério Público Federal no acompanhamento dessas situações de ameaças e violações de direitos indígenas, especialmente no tocante aos crimes de racismo incitados e praticados contra os indígenas nos estados de Rio Grande do Sul Santa Catarina e Paraná.

Marciano Rodrigues
Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

ArpinSul, abril de 2016